

LEI Nº 2.909, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2008

Revogada pela Lei nº 3.895/2024

~~cria o Fundo Municipal de Habitação Popular, o Conselho Municipal de Habitação, e dá outras providências.~~

~~Faço saber que a Câmara Municipal de Alegre, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais aprovou e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte LEI:~~

~~CAPÍTULO I~~
~~DO FUNDO MUNICIPAL~~

~~Art. 1º.~~ ~~Fica criado o Fundo Municipal de Habitação Popular, que dará suporte financeiro à Política Municipal de Habitação voltada para o atendimento da população de baixa renda.~~

~~Art. 2º.~~ ~~O Fundo Municipal de Habitação Popular será destinado a financiar e implementar programas e projetos habitacionais de interesse social, considerando-se como tais àqueles que atendam:~~

- ~~I – À população em precárias condições de habitação, residente em áreas de risco, áreas irregulares e habitações coletivas;~~
- ~~II – À população que tenha renda familiar igual ou inferior a 2 (dois) salários mínimos.~~

~~Art. 3º.~~ ~~Os recursos do Fundo Municipal de Habitação Popular, em consonância com as diretrizes da política municipal de habitação, serão aplicados em:~~

- ~~I – Urbanização de vilas e áreas irregulares;~~
- ~~II – Construção ou recuperação de unidades habitacionais;~~
- ~~III – Urbanização de lotes;~~
- ~~IV – Aquisição de imóveis destinados a programas habitacionais de interesse social;~~
- ~~V – Melhoria das condições de moradia de habitações coletivas;~~
- ~~VI – Regularização fundiária;~~
- ~~VII – Serviços de assistência técnica e jurídica aos mencionados nos incisos do artigo anterior;~~
- ~~VIII – Apoio técnico e material aos citados no inciso anterior.~~

~~Art. 4º.~~ ~~O Fundo Municipal de Habitação Popular será gerido pela Secretaria Municipal de Ação Social, que se encarregará da formulação e execução da política habitacional do Município. (Redação dada pela Lei nº 3.080/2010)~~

~~Art. 5º.~~ ~~As políticas de aplicação de recursos do Fundo Municipal de Habitação Popular serão formuladas em conjunto com o Conselho Municipal de Habitação, a quem caberá, dentre outras atribuições definidas em lei:~~

- ~~I — Aprovar as diretrizes e normas para a gestão do Fundo Municipal de Habitação Popular;~~
- ~~II — Aprovar a liberação de recursos do Fundo Municipal de Habitação Popular;~~
- ~~III — Aprovar normas e valores de remuneração dos diversos agentes envolvidos na aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Habitação Popular;~~
- ~~IV — Fiscalizar e acompanhar a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Habitação Popular.~~

Art. 6º. ~~São receitas do Fundo Municipal de Habitação Popular:~~

- ~~I — Dotações consignadas, anualmente, no orçamento municipal e créditos adicionais que lhe sejam destinados;~~
- ~~II — Dotações federais ou estaduais, não reembolsáveis, a ele especificamente destinado;~~
- ~~III — Financiamentos concedidos ao Município por organismos estaduais, federais, internacionais ou privados para aplicação em programas e projetos, conforme disposto nos artigos 2º e 3º desta Lei;~~
- ~~IV — Contribuições e dotações de pessoas físicas ou jurídicas, estrangeiras ou nacionais;~~
- ~~V — Recursos provenientes da venda de editais de concorrência para execução de obras a serem realizadas com recursos do Fundo Municipal de Habitação Popular;~~
- ~~VI — Recursos provenientes da transferência do direito de construir em áreas públicas destinadas a programas habitacionais;~~
- ~~VII — Recursos provenientes do recebimento de prestações e retornos oriundos das aplicações do Fundo Municipal de Habitação Popular em financiamentos de programas habitacionais;~~
- ~~VIII — Produto da aplicação de seus recursos financeiros;~~
- ~~IX — Outras receitas.~~

Parágrafo único. ~~As despesas correntes, necessárias à administração do Fundo Municipal de Habitação Popular, com pessoal, material de consumo e outros, não poderão ser realizadas com recurso do mesmo, devendo estar vinculadas ao orçamento do órgão da administração pública municipal que o gerencia.~~

Art. 7º. ~~Os recursos financeiros do Fundo Municipal de Habitação Popular serão depositados em conta especial, em estabelecimento oficial de crédito, movimentados sob fiscalização do Conselho Municipal de Habitação.~~

Art. 8º. ~~O orçamento anual do Fundo Municipal de Habitação Popular observará o plano plurianual e a lei de Diretrizes Orçamentárias, evidenciando as políticas municipais na área de habitação.~~

Parágrafo único. ~~O orçamento do Fundo Municipal de Habitação Popular integrará o orçamento do Município, observando-se, em sua elaboração, execução e avaliação, as normas de controle interno deste.~~

Art. 9º. ~~As despesas do Fundo Municipal de Habitação Popular serão constituídas por:~~

- ~~I — Financiamento total ou parcial de programas e projetos habitacionais de interesse social desenvolvidos pelo órgão da administração municipal gestor do Fundo Municipal de Habitação Popular ou por instituições com ele conveniadas;~~

CAPÍTULO II

DO CONSELHO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO

Art. 10. ~~Fica criado o Conselho Municipal da Habitação de Alegre – CMHA – com as funções deliberativas, normativas, fiscalizadoras, consultivas e informativas. (Redação dada pela Lei nº 3.107/2010)~~

Art. 11. ~~O CMHA terá como objetivo geral orientar a Política Municipal da Habitação – PMH, devendo para tanto:~~

- ~~I – Definir as prioridades dos investimentos públicos na área habitacional;~~
- ~~II – Elaborar propostas, acompanhar, avaliar e fiscalizar a execução da PMH;~~
- ~~III – Discutir e participar das ações de intervenção pública em assentamentos precários;~~
- ~~IV – Garantir o acesso à moradia com condições de habitabilidade, priorizando as famílias com renda mensal de até 2 (dois) salários mínimos;~~
- ~~V – Articular, compatibilizar, fiscalizar e apoiar a atuação das entidades que desempenham funções no setor de habitação;~~
- ~~VI – Incentivar a participação popular na discussão, formulação e acompanhamento das políticas habitacionais e seu controle social;~~

Art. 12. ~~Para dar cumprimento ao inciso VI do artigo 11 desta lei, o CMHA ficará responsável:~~

- ~~I – Pelo encaminhamento de pedido de audiências públicas, consulta popular, referendos, plebiscitos e plenárias;~~
- ~~II – Pela convocação de plenárias anuais com a participação de conselheiros e seus suplentes, representantes das regiões urbanas e rurais, dos demais conselhos instituídos no Município, conforme regulamento a ser elaborado por este conselho;~~
- ~~III – Pela formação de comitês regionais rurais e urbanos que integrem a população na busca de soluções dentro dos programas e projetos desenvolvidos em assentamentos precários;~~
- ~~IV – Pela formação de comitês paritários de acompanhamento de programas e projetos;~~
- ~~V – Pela garantia da ampla publicidade das formas e critérios de acesso aos programas, das modalidades de acesso à moradia, das metas anuais de atendimento habitacional, dos recursos previstos e aplicados, identificados pelas fontes de origem, das áreas objeto de intervenção, dos números e valores dos benefícios e dos financiamentos concedidos, de modo a permitir o acompanhamento e fiscalização pela sociedade de suas ações;~~
- ~~VI – Pela garantia da ampla publicidade às regras e critérios para o acesso à moradia no âmbito do Sistema Nacional de Habitação, em especial às condições de concessão de subsídios.~~

Art. 13. ~~O CMHA terá como princípios norteadores de suas ações:~~

- ~~I – A promoção do direito de todos à moradia digna;~~
- ~~II – O acesso prioritário nas políticas habitacionais com recursos públicos, da população com renda familiar mensal de até 2 (dois) salários mínimos;~~

~~III – A participação popular nos processos de formulação, execução e fiscalização da política municipal da habitação.~~

~~**Parágrafo único.** Compreende-se por moradia digna, para fins de aplicação da presente lei, a que atende aos padrões mínimos de habitabilidade, com infraestrutura e saneamento ambiental, mobilidade e transporte coletivo, equipamentos e serviços urbanos e sociais.~~

~~**Art. 14.** O CMHA terá como diretrizes:~~

~~I – A integração dos assentamentos precários ao tecido urbano, através de programas de regularização fundiária – urbanística e jurídica – e do desenvolvimento de projetos sociais de geração de trabalho e renda e capacitação profissional nestas áreas;~~

~~II – A articulação da política habitacional às demais políticas sociais, ambientais e econômicas;~~

~~III – A integração da política habitacional à política de desenvolvimento urbano e ao Plano Diretor;~~

~~IV – O apoio à implantação dos instrumentos da política urbana previstos no Estatuto da Cidade atendendo ao princípio constitucional da função social da cidade e da propriedade;~~

~~**Art. 15.** O CMHA terá como atribuições:~~

~~I – Convocar e organizar a Conferência Municipal da Habitação a cada três anos, determinando datas e horários, e acompanhar a implementação de suas Resoluções;~~

~~II – Participar da elaboração e da fiscalização de planos e programas da política municipal da habitação;~~

~~III – Participar do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Alegre;~~

~~IV – Elaborar e propor ao Poder Executivo a regulamentação das condições de acesso aos recursos do Fundo Municipal de Habitação e as regras que regerão a sua operação, assim como as normas de controle e de tomada de prestação de contas, entre outras;~~

~~V – Deliberar sobre os convênios destinados a execução de projetos de habitação, de melhorias das condições de habitabilidade, de urbanização e de regularização fundiária, ou demais relacionados à política habitacional;~~

~~VI – Propor diretrizes, planos e programas visando a implantação da regularização fundiária e de reforma urbana e rural;~~

~~VII – Incentivar a participação e o controle social sobre a implementação de políticas públicas habitacionais e de desenvolvimento urbano e rural~~

~~VIII – Possibilitar a informação à população e às instituições públicas e privadas sobre temas referentes à política habitacional;~~

~~IX – Constituir grupos técnicos, comissões especiais, temporários ou permanentes para melhor desempenho de suas funções, quando necessário;~~

~~X – Propor, apreciar e promover informações sobre materiais e técnicas construtivas alternativas com finalidade de aprimorar quantitativa e qualitativamente os custos das unidades habitacionais;~~

~~XI – Acompanhar o pedido e adesão do Município ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, instituído pela Lei 11.124 de 16 de junho de 2.005;~~

~~XII – Articular-se com o SNHIS cumprindo suas normas;~~

~~**XIII** -- Elaborar seu regimento interno.~~

~~**Art. 16.** O CMHA terá suas funções ligadas à habitação e ao desenvolvimento urbano e rural, devendo acompanhar as atividades e deliberações dos demais conselhos instituídos no Município de Alegre.~~

~~**Art. 17.** O CMHA será composto por um total de 10 (dez) membros titulares e 10(dez) membros suplentes, representantes do poder público, da sociedade civil e de movimentos populares e de segmentos setoriais, assim distribuídos:~~

~~**I** -- 02 (dois) representantes do poder público, indicados pelo Prefeito Municipal, sendo que 01 (um) será obrigatoriamente o Secretário Municipal de Desenvolvimento;~~

~~**II** -- 01 (um) representante do poder público, indicado pelo Poder Legislativo Municipal.~~

~~**III** -- 03 (três) representantes dos movimentos populares; ([Redação dada pela Lei nº 3.080/2010](#))~~

~~**IV** -- 02 (três) representantes da área urbana;~~

~~**V** -- 02 (dois) representantes da área rural.~~

~~**§1º.** Cada membro titular terá seu suplente que o substituirá em seus impedimentos e assumirá sua posição em caso de vacância.~~

~~**§2.** Deverá ser observada, na composição do CMHA, a exigência de indicação de, no mínimo, 30% (trinta por cento) de mulheres para cada segmento representado.~~

~~**§3º.** Os conselheiros titulares e suplentes serão eleitos durante a Conferência Municipal da Habitação quando credenciados como delegados.~~

~~**Art. 18.** A função de conselheiro não será remunerada, sendo considerada de relevante interesse público.~~

~~**Art. 19.** O mandato de conselheiro terá a duração de 3(três) anos e a possibilidade de sua recondução será decidida no regimento interno próprio.~~

~~**Art. 20.** O presidente do CMHA será eleito entre seus pares com mandato de 3(três) anos.~~

~~**Art. 21.** Os membros do CMHA terão seu assento garantido na composição do Conselho Gestor do FMHL.~~

~~**Art. 22.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.~~

Alegre (ES), 25 de fevereiro de 2008.

DJALMA DA SILVA SANTOS
Prefeito Municipal

Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Câmara Municipal de Alegre.